



Prev

SANTA CATARINA



RELATÓRIO ANUAL
2017



MENSAGEM DA DIRETORIA

Segurança, transparência e planejamento. Essas palavras muito bem definem 2017 para o OABPrev-SC. Desde o início, ainda como IASASC, em 1995, a trajetória da entidade foi solidamente firmada na premissa de um trabalho no qual, literalmente advogando pelo futuro, os resultados colhidos comprovam a seriedade do caminho traçado. E se hoje temos consciência de que os rumos tomados foram cuidadosamente planejados e analisados, os números crescentes refletem o acerto das decisões. Recentemente, na posse da Diretoria e Conselhos Deliberativo e Fiscal, o presidente da OAB/SC, nossa instituidora, avaliou de forma determinante a empreitada que propomos desempenhar. Disse o Dr. Paulo Brincas que “o OABPrev-SC é a entidade com a maior responsabilidade no sistema OAB, a que tem o contrato de prazo mais longo no direito brasileiro e a mais intensamente fiscalizada.” A frase resumiu nossa missão diária e, portanto, é com orgulho que, em cumprimento aos dispositivos legais, apresentamos o Relatório Anual de atividades durante o ano de 2017.

O ano foi de consolidação, mesmo diante das dificuldades socioeconômicas e das turbulências enfrentadas pelo país. Encerramos o exercício com 7.600 participantes inscritos, além de ultrapassar R\$ 152 milhões em recursos administrados, demonstrando um crescimento de 16,77% do patrimônio e 8% de incremento de adesões ao plano comparado ao ano de 2016. Os números apresentados não deixam dúvidas sobre a evolução da entidade, sempre garantindo a segurança das suas operações, em defesa dos participantes e para o fortalecimento da previdência complementar.

Os índices de crescimento também deixam clara a confiança e a credibilidade conquistadas pelo OABPrev-SC, numa estreita parceria com os advogados no planejamento do melhor caminho a seguir e no atingimento dos objetivos pessoais e familiares. Como nos demais anos, o Relatório Anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas. Com o envio do documento, o OABPrev-SC mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência. Lembramos que o Relatório Anual será disponibilizado exclusivamente por meio eletrônico em nosso Portal da Transparência em www.oabprev-sc.org.br/portaltransparencia.

O OABPrev-SC segue firmando bom desempenho e conquistando novos participantes, com performance positiva nos investimentos que administra. O resultado é a conservação do patrimônio, proporcionando boa rentabilidade e mais segurança. A Diretoria reafirma o compromisso de manter ações na defesa dos interesses de seus participantes a partir de uma gestão qualificada e transparente.

Ezair Meurer

Presidente do OABPrev-SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

I - BALANÇO PATRIMONIAL

em R\$ mil

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Disponível	162	159	Exigível Operacional	684	707
			Gestão Previdencial	609	640
Realizável	151.874	129.999	Gestão Administrativa	75	67
Gestão Previdencial	16	17			
Gestão Administrativa	110	111			
Investimentos	151.748	129.870	Patrimônio Social	151.973	130.026
Títulos Públicos	6.689	6.214	Patrimônio de Cobertura do Plano	149.488	127.514
Créditos Privados e Depósitos	10.315	14.014	Provisões Matemáticas	149.488	127.514
Fundos de Investimentos	134.745	109.642	Benefícios Concedidos	15.531	12.667
			Benefícios a Conceder	133.957	114.847
Permanente	621	576			
Imobilizado	621	576	Fundos	2.484	2.512
			Fundos Administrativos	2.484	2.512
Total do Ativo	152.657	130.734	Total do Passivo	152.657	130.734

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Patrimonio Social - início do exercício	130.027	107.202	21,29%
1. Adições	38.991	37.388	4,29%
(+) Contribuições Previdenciais	24.429	21.142	15,55%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	13.027	14.677	-11,24%
(+) Receitas Administrativas	1.371	1.331	3,01%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Administrativa	164	238	-30,97%
2. Destinações	-17.045	-14.563	17,04%
(-) Benefícios	-15.481	-13.169	17,55%
(-) Despesas Administrativas	-1.564	-1.394	12,15%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	21.946	22.825	-3,85%
(+/-) Provisões Matemáticas	21.974	22.649	-2,98%
(+/-) Fundos Administrativos	-28	175	-116,14%
(B) Patrimônio Social no Final do Exercício (A+3+4)	151.973	130.027	16,88%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	127.514	104.865	21,60%
1. Adições	37.751	36.111	4,54%
(+) Contribuições	24.724	21.434	15,35%
(+) Resultado Positivo Líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	13.027	14.677	-11,24%
2. Destinações	-15.777	-13.462	17,20%
(-) Benefícios	-15.481	-13.169	17,55%
(-) Custeio Administrativo	-296	-293	1,30%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.974	22.649	-2,98%
(+/-) Provisões Matemáticas	21.974	22.649	-2,98%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	149.488	127.514	17,23%
C) Fundos não previdenciais	2.484	2.512	-1,12%
(+/-) Fundos Administrativos	2.484	2.512	-1,12%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	152.582	130.667	16,77%
Disponível	158	155	1,88%
Recebíveis	2.500	2.530	-1,17%
Investimentos	149.924	127.982	17,14%
Títulos Públicos	6.689	6.214	7,63%
Créditos Privados e Depósitos	10.315	14.014	-26,40%
Fundos de Investimento	132.920	107.754	23,36%
2. Obrigações	609	640	-4,85%
Operacional	609	640	-4,85%
3. Fundos não Previdenciais	2.484	2.512	-1,12%
Fundos Administrativos	2.484	2.512	-1,12%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	149.488	127.514	17,23%
Provisões Matemáticas	149.488	127.514	17,23%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - (CONSOLIDADO)

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.512	2.338	7,43%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.535	1.569	-2,14%
1.1. Receitas	1.535	1.569	-2,14%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	296	295	0,40%
Custeio Administrativo dos Investimentos	130	120	8,53%
Receitas Diretas	888	872	1,78%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	164	238	-30,97%
Outras Receitas	57	44	29,75%
2. Despesas Administrativas	1.564	1.393	12,28%
2.1. Administração Previdencial	1.435	1.273	12,71%
Pessoal e encargos	479	415	15,56%
Treinamentos/congressos e seminários	37	53	-30,18%
Viagens e estadias	53	23	135,50%
Serviços de terceiros	238	308	-22,86%
Despesas gerais	505	354	42,89%
Depreciações e amortizações	39	36	9,48%
Tributos	82	84	-2,28%
2.2. Administração dos Investimentos	129	120	7,69%
Pessoal e encargos	92	86	7,78%
Serviços de terceiros	37	34	10,42%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	3	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-4)	-28	174	-116,23%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	-28	174	-116,23%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	2.484	2.512	-1,12%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1+4)	150.098	128.154	17,12%
1. Provisões Matemáticas	149.488	127.514	17,23%
1.1. Benefícios Concedidos	15.531	12.667	22,61%
Contribuição Definida	15.531	12.667	22,61%
1.2. Benefícios a Conceder	133.957	114.847	16,64%
Contribuição Definida	133.957	114.847	16,64%
Saldo de contas - parcela participantes	133.957	114.847	16,64%
4. Exigível Operacional	609	640	-4,85%
4.1. Gestão Previdencial	609	640	-4,85%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em R\$ mil)

Nota 1 – Contexto Operacional

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina - OABPREV-SC é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes. Autorizado a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria n.º 125 de 08 de outubro de 2004, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade principal de administrar o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Santa Catarina – PBPA. São instituidores do PBPA, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Santa Catarina – OAB/SC e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Santa Catarina – CAASC.

O OABPREV-SC tem sede e foro na Avenida Hercílio Luz, 639 - sala 211 – Centro, Florianópolis – SC, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV-SC tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada; (b) aposentadoria por invalidez total e permanente; e (c) pensão

por morte do participante ativo ou assistido.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo OABPREV-SC com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez total e permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN n.º 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A estrutura contábil está segregada em três atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

- Gestão Previdencial – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefício previdenciários.
- Gestão Administrativa – é o ambiente contábil que mantém os registros

dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas.

- Fluxo de Investimentos – grupo de contas contábeis destinados ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da gestão Previdencial e da gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

- I - Balanço Patrimonial** – Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de Ativo, Passivo e Patrimônio Social da OABPREV-SC, ao final de cada exercício.
- II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** – Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social ao final de cada exercício.
- III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)** – Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.
- IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)** – Tem como finalidade demonstrar a posição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.
- V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)** – Tem como finalidade demonstrar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)** – Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

Nota 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

O resumo tem como objetivo explicar a forma de contabilização das operações e o que representam os valores relativos aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nas diversas contas patrimoniais.

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A contabilidade do OABPREV-SC é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O OABPREV-SC adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano instituído, são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1 – Apuração do Resultado

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2 – Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.3 – Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

3.4 – Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

a) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

b) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

3.4.1 – Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos instituidores, participantes e assistidos dos planos.

3.4.2 – Rateio das Despesas Administrativas

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

3.4.3 – Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

Nota 4 – Demonstrações Contábeis

4.1 – Ativo

4.1.1 – Disponível

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Imediato	162	159
Caixa	1	0
Bancos conta movimento	156	157
Banco do Brasil	3	0
Caixa Econômica Federal	0	0
OABCREC - SICOOB	153	157
Bancos carteira administrada	5	2
Carteira Itaú	5	2

4.1.2 – Realizável

4.1.2.1 – Gestão Previdencial

Os saldos em outros realizáveis da gestão Previdencial referem-se a Imposto de Renda a Recuperar sobre recolhimento a maior e benefícios pago a maior. Em 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Outros realizáveis	16	17
IRRF a compensar	16	16
Benefício pago a maior	0	1

4.1.2.2 – Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber do PGA junto a terceiros, impostos a compensar e despesas com benfeitorias a serem diferidas, apresentam os seguintes saldos em 2017 e 2016:

Descrição	2017	2016
Contas a receber	104	87
Responsabilidade de Terceiros	101	87
Integralização de Cotas	46	46
Atualização de Cotas	55	41
Despesas Antecipadas	0	21
Benfeitoria em imóveis próprio	0	21
Outros Realizáveis	3	3
Impostos a compensar	3	3

4.1.2.2 – Investimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o OABPREV-SC possuía em sua carteira, títulos para negociação ajustados ao valor de mercado, e títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período, de acordo com artigo 3 da Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002.

Em 31 de dezembro os investimentos apresentam os seguintes saldos:

Investimentos	2017	Distrib. %	2016	Distrib. %
Investimentos	150.140	100,00	129.870	100,00
Títulos Públicos Federais	6.689	4,41	6.214	4,78
Notas do Tesouro Nacional	6.689	4,41	6.214	4,78
Créditos Privados e Depósitos	10.315	6,80	14.014	10,79
Letras Financeiras	10.315	6,80	14.014	10,79
Bradesco	5.154	3,40	4.669	3,59
Itaú	5.161	3,40	4.671	3,60
Santander	0	0	4.674	3,60
Fundos de Investimento	134.745	88,79	109.642	84,42
Referenciado	796	0,52	424	0,33
Itaú Soberano DI LP	796	0,52	424	0,33
Multimercado	133.948	88,27	109.218	84,10
Mongeral Aegon OABPrev SC FIM	56.483	37,22	46.205	35,58
Somma OABPrev SC FI Multimercado	75.857	49,99	63.013	48,52
Mongeral Aegon Multimercado IN	1.608	1,06	0	0

4.1.3 – Permanente

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações, 20% para equipamentos de informática, e 4% para bens imóveis cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC Nº 34, de 24 de janeiro de 2009.

Permanente	2017	Acréscimos	Depreciação	2016
Imobilizado	576	47	38	576
Bens Móveis	82	47	18	54
Computadores e Periféricos	7	4	6	10
Móveis e Utensílios	39	18	9	31
Máquinas e Equipamentos	32	26	3	9
Instalações	4	0	1	4
Bens Imóveis	540	38	21	522
Salas Comerciais - 211	312	0	16	328
Salas Comerciais - 210	190	0	4	194
Benfeitorias	37	38	1	0

4.2 – Passivo

4.2.1 – Exigível Operacional

a) Gestão Previdencial

Corresponde a retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates com vencimento em janeiro de 2018:

Descrição	2017	2016
Exigível Previdencial	609	640
IRRF s/ Benefícios de Renda Mensal	19	15
IRRF s/ Resgates	25	60
Adiantamento de Contribuições	2	2
Mongeral Aegon Seguros Privados	563	560
Outras exigibilidades	0	3

a) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher a vencerem em janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Exigível Administrativo	78	69
Encargos	52	43
Fornecedores	2	3
Retenções a recolher	14	13
PIS	1	1
COFINS	5	5
TAFIC	4	4

4.3 – Patrimônio Social

4.3.1 – Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios OABPREV-SC.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresentam em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Patrimônio de Cobertura do Plano	151.973	130.026
Provisões Matemáticas	149.488	127.514
Benefícios concedidos	15.531	12.667
Contribuição Definida	15.531	12.667
Benefícios a conceder	114.847	114.847
Contribuição Definida	114.847	114.847

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

De acordo com o artigo 3º da Instrução PREVIC nº 12 de 13 de outubro de 2014, a Entidade fica dispensada de encaminhar a Demonstração Atuarial - DA para à PREVIC, devido ao plano de benefícios ser constituído na modalidade contribuição definida.

4.3.2 – Fundos

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresenta o seguinte saldo:

Fundo	2017	2016
Fundo Administrativo	2.484	2.512
Cobertura do Ativo Permanente	621	576
Fundo Especial de Contingências	1.335	1.272
Sobrecarga Administrativa	528	664

Por determinação da Diretoria Executiva, os fundos administrativos foram segregados entre: Cobertura do Ativo Permanente, resultado da posição no mês, do Ativo Permanente; Fundo Especial de Contingências, formado pela dotação especial quando da constituição da entidade, oriunda do IASASC, deduzido de despesas autorizadas pelo Conselho Deliberativo e Sobrecarga Administrativa, resultado da diferença entre receitas e despesas administrativas. Durante o exercício não houve utilização do Fundo especial, sendo a sua variação decorrente da atualização financeira.

4.4 – Resultado das Operações

4.4.1 – Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

Descrição	2017	2016
(+) Adições	24.725	21.434
Contribuições	24.725	21.434
(-) Deduções	-15.482	-13.169
Benefícios de Prestação Continuada	-1.909	-1.509
Resgates	-6.595	-4.931
Portabilidade	-283	-330
Pecúlio	-15	-16
Outros Benefícios de Prestação Única	-90	0
Outras deduções	-6.590	-6.382
(+/-) Cobertura/reversão de despesas administrativas	-296	-293
Recursos Oriundos do PGA	0	3
Contribuições/Reembolsos	-296	-295
(+/-) Fluxo dos investimentos	13.027	14.677
Constituição/reversão de provisões atuariais	21.975	22.649

4.4.2 – Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento das aplicações dos recursos do fundo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre as gestões. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

4.4.2.1 – Custeio da Gestão Administrativa

4.4.2.1.1 – Receitas

a) Taxa de carregamento

Representa à taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos;

b) Custeio Administrativos dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

c) Receitas Diretas e Outras

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco e reembolso de despesas, pagas pela seguradora Mongeral Aegon, bem como remuneração de cotas.

d) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Receitas	1.535	1.569
Taxa de carregamento	296	295
Custeio Administrativo dos Investimentos	130	120
Diretas e Outras Receitas	945	916
Resultado Positivo dos Investimentos	164	238

4.4.2.1.2 – Despesas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos.

a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

b) Administração Investimento

Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

Descrição	2017	2016
Despesas	1.563	1.392
Administração Previdencial	1.433	1.272
Pessoal e Encargo	479	415
Treinamentos/Congressos e Seminários	37	53
Viagens e Estádias	53	23
Serviços de Terceiros	238	308
Despesas Gerais	505	354

Descrição	2017	2016
Depreciações e Amortizações	39	36
Tributos	82	84
Administração Investimento	130	120
Pessoal e Encargo	93	86
Serviços de Terceiros	37	34

Nota 5 – Investimentos

Gestão de Recursos

Em conformidade com o Art. 3º, § 2º da Resolução CGPC nº. 12/2002 o OABPrev-SC terceiriza a gestão da sua carteira própria, dos recursos garantidores das provisões matemáticas, mediante contratação da Somma Investimentos, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.299/0001-06, CVM 721-0 e Mongeral Aegon Investimentos Ltda, CNPJ sob nº 16.500.294/0001-50, CVM 12799, instituições especializadas na gestão de recursos de terceiros.

Custódia

De acordo com o art. 14 da Resolução CMN nº. 3.792/2009, os serviços de custódia e tesouraria são prestados pelo Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, CVM: 19348, que atua como agente custodiante desde 04/01/2013, bem com a BNY Mellon Banco S.A., CNPJ sob o nº 42.272.526/0001-70, CVM 4620, que atua como agente custodiante desde 11/07/2014. São responsáveis pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável, em contas próprias do OABPrev-SC.

5.1 – Fluxo dos Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas

das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos, é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
(+) Rendas/Variações Positivas/Negativas	13.321	15.034
(-) Cobertura Despesas Administrativas de Investimento	-130	-120
= Apuração do Fluxo dos Investimentos	<u>13.191</u>	<u>14.914</u>
Gestão Previdencial	13.027	14.677
Gestão Administrativa	164	238

Nota 6 – Rentabilidade do plano de benefícios

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de 9,85% e a de 2016 foi de 13,47% obtidas pela aplicação do patrimônio da Entidade em cada exercício, calculada com base na variação da cota.

Nota 7 – Passivos Contingentes

As ações classificadas como perdas possíveis totalizaram R\$ 57,70 mil, incluindo juros e multas, sendo uma ação de natureza por danos morais e outra de revisão de benefício.

Nota 8 – PIS e COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).

Ezair José Meurer Junior
 Diretor Presidente
 CPF 008.573.829-85

Marília Lima de Miranda
 Contadora - CRC – RJ-087217/O-1
 CPF 001.890.407-69

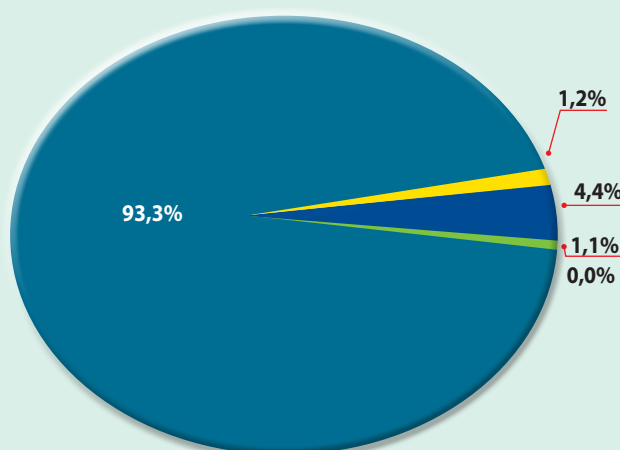
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - 2017

Conforme Resolução MPS/CNPC N°23, de 06 de dezembro de 2006, Art.º 3, o OABPrev - SC vem por meio deste relatório, disponibilizar aos participantes as informações referente aos investimentos da entidade durante o ano de 2017.

QUADRO 01 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

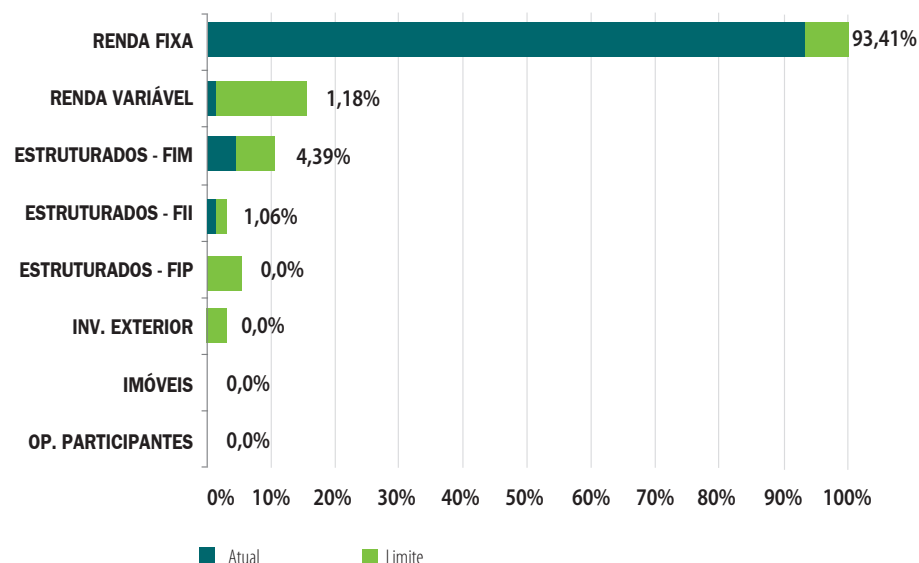
SEGMENTO DE APLICAÇÃO Programa de Investimentos	29/12/2017	%	30/12/2016	%	Limites de Exposição ao Segmento		
					Política de Investimentos 2017 - OABPrev-SC	Resolução 3.792	
					Inferior	Superior	Máximo
Renda Fixa	141.453.852,48	93,41%	121.690.881,18	93,63%	67,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	1.793.410,01	1,18%	959.912,08	0,74%	0,0%	10,0%	70,0%
Investimentos Estruturados	6.651.120,58	4,39%	7.312.251,19	5,63%	0,0%	10,0%	20,0%
Investimentos no Exterior	1.608.184,30	1,06%	0,00	0,00%	0,0%	5,0%	10,0%
Imóveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0%	0,0%	8,0%
Empréstimos a Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0%	0,0%	15,0%
CARTEIRA TOTAL	151.506.567,37	100,00%	129.963.044,45	100,00%			
Tesouraria + Conta Corrente	-75.010,68	-0,05%	-96.047,21	-0,07%			
PATRIMÔNIO TOTAL	151.431.556,69	100,00%	129.866.997,23	100,00%			

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA



□ Tesouraria + Conta Corrente
■ Renda Variável
■ Investimentos no Exterior
■ Renda Fixa
■ Investimentos Estruturados

LIMITES DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO



QUADRO 02 - COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR APLICAÇÃO

Modalidade de Investimentos	29/12/2017	%	30/12/2016	%
RENDA FIXA	135.357.155,37	89,39%	121.651.145,97	93,67%
Letras Financeiras do Tesouro	24.515.346,05	16,19%	13.151.626,50	10,13%
Letras do Tesouro Nacional	1.428.459,17	0,94%	1.249.019,70	0,00%
Notas do Tesouro Nacional - Série B	32.272.413,36	21,31%	36.225.433,79	27,89%
Operações Compromissadas (over)	5.600.986,85	3,70%	9.381.285,18	7,22%
Certificado de Depósito Bancário	1.613.674,66	1,07%	3.362.453,03	2,59%
Letras Financeiras	50.127.117,39	33,10%	48.620.755,60	37,44%
Dep. a Prazo com Garantia Especial	2.010.733,92	1,33%	1.773.915,25	1,37%
Debêntures	3.606.919,14	2,38%	688.564,79	0,53%
Itau Soberano FI Ref. DI	796.400,12	0,53%	424.393,11	0,33%
BNY Mellon ARX liquidez FI Ref DI LP	46.759,37	0,03%	36.060,69	0,03%
Mongeral Aegon Inst. FI RF Créd. Priv.	12.845.049,51	8,48%	6.605.962,89	5,09%
FIDC Cedae Cotas sênior II	0,00	0,00%	131.675,45	0,10%
Termo	493.295,84	0,33%	0,00	0,00%
MULTIMERCADOS	12.801.316,45	8,45%	6.113.563,83	4,71%
Mongeral Aegon Multimercado IN	1.608.184,30	1,06%	0,00	0,00%
Petra Capital FIC Multimercado CP LP	1.004.342,19	0,66%	0,00	0,00%
Mongeral Aegon Macro FIC FIM	1.326.559,95	0,88%	0,00	0,00%
TCI I FI Multimercado CP	2.146.358,89	1,42%	0,00	0,00%
FIM SOMMA Multiestratégias II	4.630.590,95	3,06%	4.217.896,51	3,25%
Modal Institucional FI Multimercado LP	2.085.280,17	1,38%	1.895.667,33	1,46%
FUNDOS EM PARTICIPAÇÕES	2.020.529,63	1,33%	1.198.687,36	0,92%
Lacan Florestal FIP	1.392.840,57	0,92%	1.198.687,36	0,92%
Lacan Florestal II FIP	627.689,06	0,41%	0,00	0,00%
RENDA VARIÁVEL	1.327.565,92	0,88%	999.647,27	0,77%
Sul América Expertise II FIA	1.304.809,21	0,86%	999.647,27	0,77%
Opções	22.756,71	0,02%	0,00	0,00%
TESOURARIA	-75.010,68	-0,05%	-96.047,21	-0,07%
Saldo em Conta Corrente + Caixa	-75.010,68	-0,05%	-96.047,21	-0,07%
Total	151.431.556,69	100,00%	129.866.997,23	100,00%

Os Quadros 01 e 02 relacionam o montante dos investimentos do OABPrev-SC com gestão terceirizada em 29/12/2017 em reais e percentuais relativos ao total de investimentos da entidade. O quadro 1 segrega os investimentos por segmentos, considerando os limites previstos na resolução BACEN/CMN nº 3792, bem como em relação aos limites aprovados na Política de investimentos. O quadro 02, demonstra a carteira de investimentos do OABPrev-SC de forma aberta.

QUADRO 03 - DISTRIBUIÇÃO POR GESTOR TERCEIRIZADO

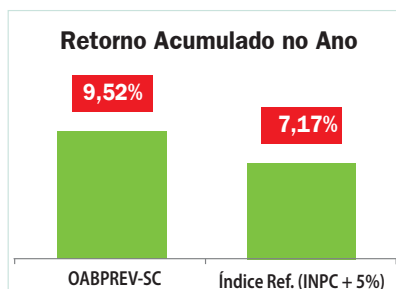
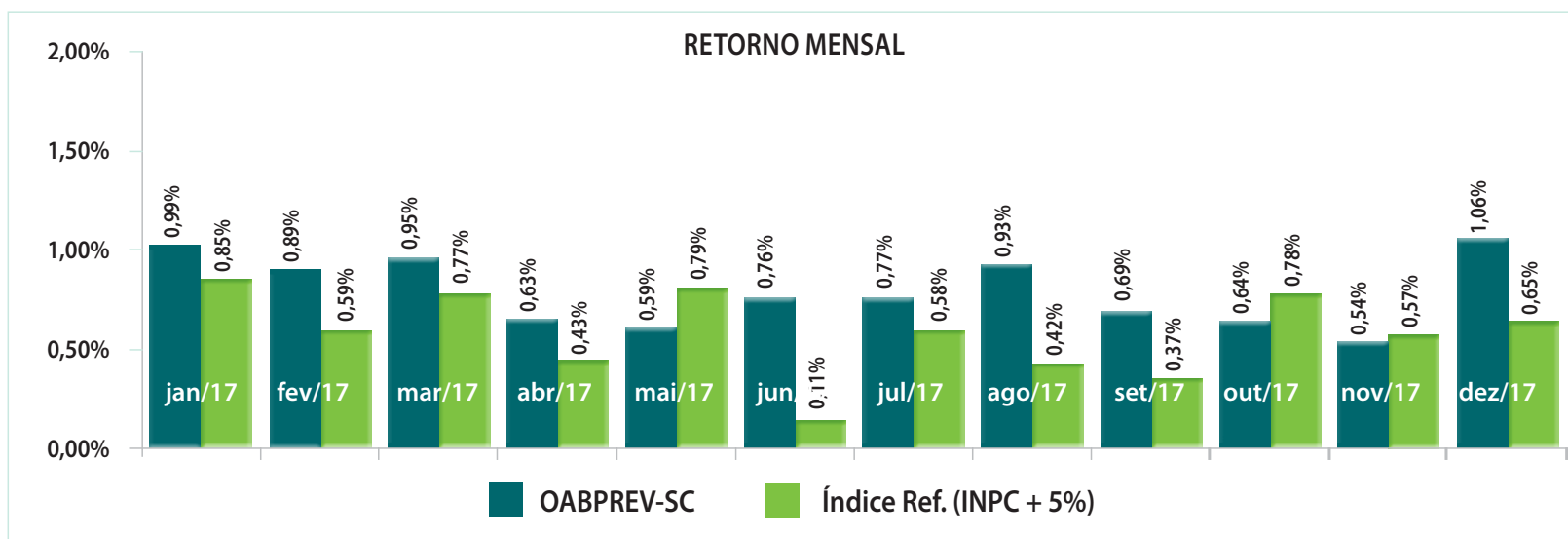
GESTORES	31/12/2017	%
SOMMA Investimentos	93.339.875,41	61,64%
Mongeral Aegon Investimentos	58.091.681,28	38,36%
Total dos Recursos Garantidores	151.431.556,69	100,00%

Conforme previsto pelo órgão regulador, os planos instituídos devem ter seus ativos geridos integralmente por instituição autorizada para referida atividade. A carteira do OABPrev-SC é gerida pela SOMMA Investimentos e pela Mongeral Aegon Investimentos.

QUADRO 04 - COMPARATIVO DE RENTABILIDADE

Renda Fixa	10,32%	INPC + 5% a.a.	7,17%	3,15 p.p (excesso)
Renda Variável	26,45%	INPC + 5% a.a.	7,17%	19,28 p.p (excesso)
Investimentos estruturados	7,11%	INPC + 5% a.a.	7,17%	-0,06 p.p (excesso)
Investimentos no Exterior	7,21%	INPC + 5% a.a.	7,17%	0,04 p.p (excesso)
Imóveis	-	INPC + 5% a.a.	7,17%	não investiu em Imóveis
Operações com Participantes	-	INPC + 5% a.a.	7,17%	não investiu em Operações com Participantes
Retorno Consolidado Obtido	9,52%	INPC + 5% a.a.	7,17%	132,78% do índice de referência

O índice de referência é INPC + 5%. Em 2017, totalizou 7,17%.



O ano terminou com a pior recessão da história econômica brasileira. A forte retração do consumo aliada à constante subida do índice de desemprego, entre outros fatores, resultou em uma queda persistente da inflação. O Banco Central, após oito meses de tendência de queda desse índice no ano, resolveu reduzir a meta da taxa de juros Selic para 14% em outubro, reduzindo novamente em novembro para 13,75%. Ainda em dezembro, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos. Sua aprovação foi fundamental para que se reduza o risco do país, aumente a confiança, a inflação ceda no longo prazo e, por consequência, o país possa ter uma taxa de juros estruturalmente mais baixa ao longo dos próximos anos.

O impacto deste cenário foi absorvido pela carteira do OABPrev-SC e a forte desaceleração da inflação acarretou em uma diminuição do índice de referência da entidade (INPC + 5%). Uma vez que os seus ativos atrelados ao IPCA foram comprados com taxas de juros anuais pré-fixadas entre 5% e 7%, quando associamos esse fato ao percentual da carteira alocado em CDI, que performou acima do índice de referência, conseguimos entender o bom resultado desse ano, apesar dos dados negativos da economia.

QUADRO 05 - DESPESAS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Custos	Ano de 2017
Taxa de Administração	-238.788,39
Taxa de Custódia	-74.629,05
Cetip	-83.883,72
Selic	-3.164,65
Anbima	-4.102,20
Fiscalização CVM	-20.944,17
Gestão Externa	-425.512,18

As despesas referentes a administração da carteira de investimentos, são oriundas do processo de gestão dos investimentos da entidades.

Custódia: Itaú Unibanco S.A.

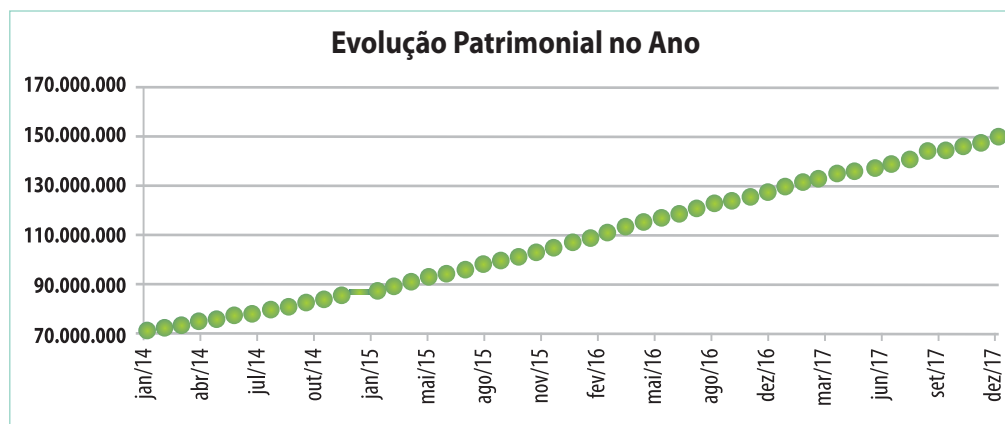
Gestão: SOMMA Investimentos S.A. e Mongeral Aegon Investimentos.

Administração: Intrag DTVM. S.A

Nos retornos informados no Quadro 04 já estão deduzidos os custos apresentados no quadro ao lado.

QUADRO 06 - EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Descrição	
Saldo Inicial	129.866.997,23
Contribuições Líquidas	8.560.000,00
Rentabilidade dos Ativos	13.004.559,45
Patrimônio ao Final de 2017	151.431.556,69


Administrador Tecnicamente Qualificado

Nome: YURI CARIONI ENGELKE

CPF: 053.461.109-50

Diretor Administrativo e Financeiro

Telefone (48) 3222-7440

E-mail: diretoria.financeira@oabprev-sc.org.br

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	2017	2016	Variação %
Pessoal e Encargos	571.416,70	500.234,64	14,23%
Treinamentos/Congressos e Seminários	37.267,62	53.380,30	-30,18%
Viagens e Estadia	53.342,22	22.650,66	135,50%
Consultoria Atuarial	27.868,71	22.230,28	25,36%
Consultoria Contábil	48.000,00	46.350,00	3,56%
Serviço de Recursos Humanos	5.007,67	5.625,99	-10,99%
Serviço de Informática	106.108,42	88.343,27	20,11%
Consultoria Jurídica	12.653,76	0,00	100,00%
Auditoria	10.488,16	18.870,15	-44,42%
Assessoria de Comunicação	22.900,00	20.400,00	12,25%
Consultoria de Investimentos	37.481,65	33.943,46	10,42%
Segurança Predial	4.517,24	1.792,42	152,02%
Mensalidade Associações	8.805,64	7.301,71	20,60%
Brindes	31.124,86	45.348,85	-31,37%
Cartório	526,65	494,20	6,57%
Condomínio	11.054,38	10.073,76	9,73%
Correios	41.482,81	25.555,98	62,32%
Energia Elétrica	8.815,30	7.707,26	14,38%
Impressos	25.826,53	36.882,74	-29,98%
Internet	1.883,88	16.106,15	-88,30%
IPTU	2.638,88	2.426,90	8,73%
Lanches e Refeições	4.279,05	6.466,45	-33,83%
Limpeza e Conservação	10.477,30	10.881,30	-3,71%
Locomoção	2.295,35	8.355,60	-72,53%
Material de Consumo	7.244,61	5.067,84	42,95%
Material de Expediente	11.114,29	6.171,08	80,10%
Manutenção e Conserto	4.829,63	3.039,60	58,89%

	2017	2016	Variação %
Publicidade e Propaganda	29.165,00	47.366,00	-38,43%
Telefonia	19.172,40	16.951,56	13,10%
INSS Autônomos	1.077,86	1.036,23	4,02%
Aluguéis e Locações	9.523,00	2.974,50	220,15%
Eventos e Patrocínios	75.622,35	54.256,45	39,38%
Frete	257,00	475,68	-45,97%
Seguros e Alvará	5.484,27	415,61	1219,57%
Despesas Bancárias	169.029,81	126.762,12	33,34%
Baixa Ativo Permanente	649,79	0,00	100,00%
Equipamentos de pequeno valor	3.489,31	1.490,65	134,08%
Certificadora	2.778,00	9.531,50	-70,85%
Auxílio Funeral e Afins	1.400,00	180,00	677,78%
Uniformes	3.182,00	3.784,40	-15,92%
Serviços Gráficos	12.032,33	0,00	100,00%
Depreciações	39.072,28	35.690,07	9,48%
PIS	9.979,49	10.197,98	-2,14%
COFINS	61.412,28	62.756,78	-2,14%
TAFIC	10.500,00	10.850,00	-3,23%
Demais despesas no exercício	236,99	1.097,79	-78,41%
Total	1.563.515,47	1.391.517,91	12,36%

Florianópolis (SC), 31 de dezembro de 2017.

Marília Lima de Miranda
 Contadora CRC-RJ-087217/O-1
 CPF 001.890.407-69

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do OABPrev-SC, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2017, são de opinião de que tais documentos merecem aprova o.

Florianópolis, SC, 21 de março de 2018.

Márcio André Sachet

Presidente

Rycharde Fara

Membro Titular

Marco Ant nio Mendes Sbissa

Membro Titular

Carlos Humberto Andrade

Membro Suplente

MANIFESTA O DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRA ES CONTÁBEIS DE 2017

Os membros do Conselho Deliberativo do OABPrev Santa Catarina, no cumprimento de suas atribui es estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstrac o da Muta o do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (consolidada), Demonstrac o das provisões técnicas do plano de benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2017, e acatando o Parecer do Conselho Fiscal, deliberaram pela aprova o.

Florianópolis, 26 de março de 2018.

Jorge David Pacheco

Presidente

Paulo Henrique Rocha Faria Jr.

Membro Titular

Célio Dalcanale

Membro Titular

Marion Elisabete da Silva

Membro Titular

Eliane Emília Machado Pacheco

Membro Suplente

Júlio Cesar de Souza

Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Instituidores e Participantes do
Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil
Seccional Santa Catarina – OABPrev-SC
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Santa Catarina – OABPrev-SC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa consolidado e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Santa Catarina – OABPrev-SC** em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 09 de março de 2018.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim
Contador CRC/SC 9.914/O-3

Deise Cristiane Pereira
Contadora CRC/SC 35.736/O-2





Av. Hercílio Luz, nº 639, sala 211 - Centro
Florianópolis - SC - CEP: 88020-000

 Fones: (48) 3222-7440 e 3222-7450

 www.oabprev-sc.org.br

 <https://www.instagram.com/oabprevsc/>

 <https://www.facebook.com/oabprevsc/>